

# COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

## PROJETO DE LEI Nº 2.120, DE 2025

Cria o Selo Juventude Rural  
Sustentável.

**Autor:** Deputado CARLOS HENRIQUE  
GAGUIM

**Relatora:** Deputada MARUSSA BOLDRIN

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, do Deputado Carlos Henrique Gaguim, o qual tenho a honra de relatar, cria o Selo Juventude Rural Sustentável.

O art. 1º do Projeto institui o Selo de Juventude Rural Sustentável com o objetivo de certificar empresas, cooperativas, entidades públicas e organizações da sociedade civil que desenvolvam ações efetivas de apoio à juventude rural. O parágrafo único deste artigo determina que o selo terá validade anual, podendo ser renovado sucessivamente, podendo ser utilizado em produtos, serviços, materiais de divulgação e campanhas institucionais da entidade detentora do selo.

O art. 2º define os critérios de elegibilidade das entidades candidatas ao selo, que deverão desenvolver ao menos três das seguintes ações voltadas à juventude rural: ofertar programas de capacitação; promover a inclusão produtiva no campo; incentivar práticas sustentáveis e o uso de tecnologias no meio rural; garantir condições dignas de trabalho e segurança e a valorização pessoal, apoiar o acesso à comercialização de seus produtos;



manter parcerias com instituições de ensino, pesquisa ou extensão rural; divulgar e fomentar políticas públicas para a permanência do jovem no campo.

O art. 3º delega ao regulamento a definição dos critérios de comprovação, os procedimentos de avaliação, concessão, renovação e cancelamento do selo, bem como os órgãos responsáveis pela sua gestão.

O projeto foi distribuído às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do RICD.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas. O projeto não possui apensos.

É o relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

O presente projeto de Lei, que institui o Selo Juventude Rural Sustentável, mostra-se meritório no sentido de reconhecer instituições que desenvolvam ações que incentivem a permanência da juventude rural no campo.

O envelhecimento da população brasileira é uma realidade crescente, e seu impacto é especialmente notável nas áreas rurais, onde a migração dos jovens para as áreas urbanas tem se intensificado, atraídos pelas oportunidades e pelo estilo de vida nas cidades, o que traz à tona as questões de sucessão familiar no campo.

De acordo com o Censo agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), pessoas com mais de 65 anos representam 21% dos moradores de áreas rurais, enquanto menos de 10% encontra-se na faixa etária de 25 a 35 anos. O grupo entre 35 e 45 anos



de idade representa 18% da população rural e outros 24% encontravam-se na faixa etária de 55 a 65 anos.

Diante desse cenário demográfico e do êxodo da juventude rural, são exigidas estratégias que tornem o campo mais atraente para os jovens, o que inclui a modernização das práticas agrícolas, o uso de tecnologias inovadoras e a promoção de uma gestão mais profissionalizada, a fim de atrair e reter novas gerações no setor.

O Selo Juventude Rural destaca o compromisso institucional com a responsabilidade social, um dos critérios ESG (ambientais, sociais e de governança), altamente valorizados pelos consumidores e no mercado de capitais. Ao adotar ações para o fortalecimento da juventude rural, as entidades detentoras do selo contribuem diretamente para a sucessão familiar no campo, um dos grandes desafios para a continuidade da agricultura familiar.

Com a recente entrada em vigor da Lei nº 15.178, de 23 de julho de 2025, que institui a Política Nacional de Juventude e Sucessão Rural e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, visando integrar e articular políticas, programas e ações para a juventude do campo, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, art. 7º, inciso IV, que veda disciplinar o mesmo assunto por mais de uma lei, oferecemos substitutivo ao Projeto em análise a fim de alterar a Lei nº 15.178, de 2025 para instituir o Selo Juventude Rural Sustentável.

Pelas razões supracitadas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei em epígrafe na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

Deputada MARUSSA BOLDRIN  
Relatora

2025-12492



## COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.120, DE 2025

Altera a Lei nº 15.178, de 23 de julho de 2025, para instituir o Selo Juventude Rural Sustentável.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 15.178, de 23 de julho de 2025, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Ementa:

“Institui a Política Nacional de Juventude e Sucessão Rural, o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e o Selo Juventude Rural Sustentável, e altera a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude), a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e a Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023.” (NR)

“Art. 9º-A Fica instituído o Selo Juventude Rural Sustentável, com o objetivo de incentivar empresas, cooperativas, entidades públicas e organizações da sociedade civil que desenvolvam ações efetivas de apoio à juventude rural.

§1º Fará jus ao selo a entidade que, comprovadamente, desenvolver ao menos três das seguintes ações:

I – ofertar programas de capacitação técnica e empreendedora voltados à juventude rural;

II – promover a inclusão de jovens entre 16 a 29 anos em projetos produtivos no campo;



III – incentivar práticas sustentáveis e o uso de tecnologias no meio rural;

IV – garantir condições dignas de trabalho, segurança e valorização do jovem rural;

V – apoiar o acesso dos jovens à comercialização de produtos agrícolas ou agroindustriais;

VI – manter parcerias com instituições de ensino, pesquisa ou extensão rural voltadas à juventude;

VII – divulgar e fomentar políticas públicas para a permanência do jovem no campo.

§ 2º O selo de que trata o **caput** terá validade anual, podendo ser renovado sucessivamente, e poderá ser utilizado nos produtos, serviços, materiais de divulgação e campanhas institucionais das entidades agraciadas.

§ 3º O regulamento da presente Lei definirá os critérios de comprovação das condicionantes, os procedimentos de avaliação, concessão, renovação e eventual cancelamento do selo, bem como os órgãos responsáveis pela sua gestão.“

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de        de 2025.

Deputada MARUSSA BOLDRIN  
Relatora

2025-12492

